
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL EM DISPUTA: A ALDEIA KA'AGUY HOVY PORÃ E SUAS ESTRATÉGIAS DE TERRITORIALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MARICÁ

ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA IN DISPUTE: THE KA'AGUY HOVY PORÃ VILLAGE AND ITS TERRITORIALIZATION STRATEGIES IN THE MUNICIPALITY OF MARICÁ

ÁREA DE PROTECCIÓN AMBIENTAL EN DISPUTA: LA ALDEA KA'AGUY HOVY PORÃ Y SUS ESTRATEGIAS DE TERRITORIALIZACIÓN EN EL MUNICIPIO DE MARICÁ

Monique Rodrigues de Carvalho¹

<http://lattes.cnpq.br/4399034741476106>
<https://orcid.org/0009-0007-0140-8285>

RESUMO: O presente artigo pretende refletir sobre o processo de territorialização estabelecido pelos integrantes da aldeia Guarani Mbya Ka'Aguy Hovy Porã (Aldeia Mata Verde Bonita), localizada no bairro de São José do Imbassaí do município de Maricá no estado do Rio de Janeiro, realizada através do convite do prefeito em exercício na época Washington Quaqué, na área de preservação ambiental de Maricá, instituída no ano de 1984. Busca-se refletir sobre as estratégias de consolidação da aldeia diante das disputas decorrentes na região e os iminentes conflitos, com a empresa multinacional IDB Brasil, população e política local. O artigo prevê a análise sobre o desencadeamento deste conflito a partir do projeto de construção do resort Fazenda São Bento da Lagoa, agora intitulado projeto Maraey, e as estratégias lançadas pelo grupo para estabelecer sua permanência no local, atentando-se às contribuições que o caso em questão pode trazer para a compreensão sobre o processo de territorialização de comunidades indígenas, mais precisamente dos Guarani Mbya, na contemporaneidade.

Palavras-Chave: Territorialização; Guarani Mbya; Área de Proteção Ambiental; Empreendimento Imobiliário.

ABSTRACT: This article aims to reflect on the territorialization process established by members of the Guarani Mbya Ka'Aguy Hovy Porã village (Aldeia Mata Verde Bonita), located in the neighborhood of São José do Imbassaí in the municipality of Maricá in the state of Rio de Janeiro, carried out through of the invitation of the mayor in office at the time, Washington Quaqué, in the environmental preservation area of Maricá, established in 1984. The aim is to reflect on the strategies for consolidating the village in the face of disputes arising

¹ Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Docente de Sociologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro - Campus Pinheiral e da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: monik_rj@yahoo.com.br.

in the region and the imminent conflicts, with the company multinational IDB Brasil, population and local politics. The article provides an analysis of the triggering of this conflict based on the construction project of the Fazenda São Bento da Lagoa resort, now called the Maraey project, and the strategies launched by the group to establish its permanence in the location, paying attention to the contributions that the case in question can bring to understanding the process of territorialization of indigenous communities, more precisely the Guarani Mbya, in contemporary times.

Keywords: Territorialization; Guarani Mbya; Environmental Protection area; Real Estate Development.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre el proceso de territorialización establecido por miembros de la aldea guaraní Mbya Ka'Aguy Hovy Porã (Aldeia Mata Verde Bonita), ubicada en el barrio de São José do Imbassai en el municipio de Maricá en el estado de Río de Janeiro, realizado por invitación del entonces alcalde en ejercicio, Washington Quaqué, en el área de preservación ambiental de Maricá, creada en 1984. El objetivo es reflexionar sobre las estrategias para consolidar la aldea frente a los conflictos que surgen en la región y los conflictos inminentes, con la empresa multinacional BID Brasil, la población y la política local. El artículo analiza el desencadenamiento de este conflicto a partir del proyecto de construcción del complejo turístico Fazenda São Bento da Lagoa, ahora denominado proyecto Maraey, y las estrategias lanzadas por el grupo para establecer su permanencia en el lugar, prestando atención a los aportes que el caso en cuestión puede aportar para comprender el proceso de territorialización de las comunidades indígenas, más precisamente los guaraní mbya, en la época contemporánea.

Palabras clave: Territorialización; Guarani Mbya; Área de Protección Ambiental; Desarrollo inmobiliario.

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade é marcada pela multiplicidade de identidades constituídas em um aspecto conjuntural atrelado a uma intensa luta pelo território, o uso de seus recursos, seus modos de vida e concepções de mundo a partir deste. O artigo que se segue pretende refletir sobre o processo de territorialização da aldeia Ka'Aguy Hovy Porã em relação às questões pulsantes no município de Maricá, desde a chegada do grupo no ano de 2013 até os dias atuais. Busca-se com o trabalho analisar os conflitos que se apresentam em relação à permanência da aldeia na região e os seus atores envolvidos: a prefeitura, os indígenas, a empresa multinacional IDB Brasil e a população do município, buscando compreender quais as estratégias lançadas para a permanência do grupo no local em questão.

O caso pode nos auxiliar a refletir sobre questões pungentes na antropologia contemporânea, principalmente no que diz respeito aos processos de territorialização

(OLIVEIRA, 2016) ou territorialidade (ALMEIDA, 2008), sendo necessário analisar as questões em jogo no processo de legitimação e reivindicação da área escolhida e como os indígenas se constituem enquanto atores neste processo. Parte-se para este entendimento dos pressupostos de identidade étnica não como um dado a priori, fruto de ideias preconcebidas e essencializadas de identidade, mas sim este sendo um aspecto processual e contingente, assim como toda e qualquer identidade constituída, que vivem em constante processo de ressignificação, no qual as identidades passam constantemente por processos de mudança, assim como trazido por Frederick Barth (1993) na análise das estratégias contingentes de diferenciação.

O CONCEITO DE TERRITORIALIZAÇÃO

A proposta deste tópico está na apresentação destas vertentes e como ela dá sentido ao conceito de territorialização desenvolvido por João Pacheco de Oliveira (2016) e Alfredo Wagner Almeida (2008). A antropologia focada nos aspectos do câmbio social é um tipo de abordagem antropológica que não compreende a sociedade como um organismo fechado, na qual são levados em consideração prioritariamente seus referenciais internos. Elementos da conjuntura cuja análise se insere, além de seus aspectos políticos em múltiplos referenciais por vezes conflitantes são cruciais nesta reflexão. O que nos interessa compreender é como a construção das identidades sociais se configura neste contexto. Identidades estas apreendidas não de maneira estática, mas em processo de constante transformação na qual suas referências internas são conjugadas a mudanças externas, gerando um mecanismo vivo e complexo cuja conjuntura social é de irrevogável valor na formulação destes dados.

João Pacheco de Oliveira (2016) se contrapõe à perspectiva homogeneizante que esteve ligada à tradição antropológica ao olhar o indígena como um sistema autônomo em uma espécie de cosmologia fechada, para uma perspectiva em que o se propõe a fazer é buscar “(...) o caminho inverso da colonização, buscando a diversidade onde se impusera uma norma homogeneizadora, tentando libertar da filosofia política e moral o olhar sobre as sociedades não ocidentais.” (OLIVEIRA, 2016, p. 14). O que se coloca como cerne para o entendimento desta relação é a perspectiva de que o indígena esteve ligado a um processo de dominação colocando em ação formas múltiplas de resistência e acomodação e a questão é justamente a compreensão da forma como os indígenas estabeleceram e continuam estabelecendo estas múltiplas ações. Na concepção de identidade indígena o que interessa

para a análise em questão é informar o que o grupo entende como original e não a comprovação de que o grupo tem um território legítimo. Assim, a terra indígena é considerada um artefato, uma construção, sendo o Estado parte deste processo, como um ator político. A dimensão política territorial é constitutiva da identidade indígena. Assim sendo, o grupo constrói sua identidade no processo de territorialização. A correlação de forças pode mudar afetando diretamente o modo como se promulga as reivindicações sobre a terra. Por isso, torna-se fundamental entender que o grupo responde não de maneira intrínseca, mas na estratégia de interação. A terra indígena enquanto um artefato político é uma unidade jurídica administrativa do Estado brasileiro e é um elemento chave para se compreender as formas de mobilização que estão em seu entorno.

Nesse sentido, a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; e 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 2016, p. 203).

Por isso, o autor acrescenta novos aspectos à teoria de Frederick Barth, agregando à sua clássica análise a perspectiva da territorialização e sua relação entre os grupos étnicos e o Estado-nação. João Pacheco de Oliveira constitui esse processo como:

(...) um movimento pelo qual um objeto político-administrativo (...) vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (...) e aí volto a encontrar Barth (1969), mas sem restringir-me à dimensão identitária, vendo a distinção e a individualização como vetores de organização social (OLIVEIRA, 2016, p. 205).

O território, neste aspecto, é um fator de mediação entre pessoa e grupo étnico. Esta perspectiva também está presente em outros autores, como Alfredo Wagner Almeida (2004), que busca apresentar a importância de, a partir da diversidade do presente, desconstruir a essencialidade do passado pensando-se como as definições foram produzidas. O autor busca apresentar, a partir de movimentos sociais pungentes na Amazônia e que associam território e identidade, a territorialidade como um fator de identificação, defesa e força em uma noção de tradicional que não se reduz a história, mas sim como uma unidade de mobilização. Esses são aspectos amplamente fortalecidos pela Constituição brasileira de 1988 e que fortalece a relação entre a emergência destes movimentos sociais e os processos de territorialização existentes.

Neste sentido, apresenta-se uma nova noção jurídica do Estado: de uma perspectiva positivista para uma noção pluralista na qual essas diversidades passam a ser reconhecidas

juridicamente. Evidente que, como a prática apresenta, essas são questões conflitantes e aspectos positivistas de homogeneização e essencialidades retornam e trazem o conflito para o campo que se apresenta de forma cada vez mais dinâmica e complexa. Isso se apresenta na dificuldade ainda presente e apresentada pelo autor de se reconhecer as terras tradicionalmente ocupadas. É neste contexto que surgem e se fortalecem cada vez mais coletividades nomeadas a partir de suas especificidades e uso dos recursos naturais.

As terras vão sendo incorporadas segundo uma ideia de rede de relações sociais cada vez mais fortalecida pelas autodefinições sucessivas ou pela afirmação étnica (...) Assim, juntamente com o processo de territorialização tem-se a construção de uma nova “fisionomia étnica”, através da autodefinição de recenseado, e de um redesenho da sociedade civil, pelo advento de centenas de novos movimentos sociais, através da auto definição coletiva (ALMEIDA, 2004, p.29).

Nesta perspectiva, as territorialidades específicas não são naturais, elas se constituem no processo de territorialização, visto que a determinação do território interfere nas relações do grupo, no que diz respeito a sua organização econômica, relação com o ambiente natural, cultural, e organização das suas relações de parentesco. A categoria territorialidade em Alfredo Wagner se aproxima em diversos aspectos do termo territorialização utilizado por João Pacheco. As análises propostas nesta exposição visam o fortalecimento da dimensão histórica que se estabelece no campo, na busca de uma etnografia que se firme pela prática e pelos desafios que a mesma propõe. Uma análise feita a partir dos dados que o campo informa em diálogo com as concepções teóricas eleitas. Esses autores são de suma importância no desenvolvimento deste artigo, justamente para reforçar a necessidade de uma análise que evidencie a formação do grupo em seu processo de territorialização enquanto um processo dinâmico e não estático, tomando como ponto de partida a ideia de que se constrói um território quando os sujeitos o ocupam, reproduzindo um modo de vida no espaço físico, não importando o tempo ou história e imemorialidade da ocupação.

BREVES APONTAMENTOS SOBRE A CIDADE DE MARICÁ NA ERA PT

Para se compreender as questões relacionadas à aldeia indígena, sua chegada ao município de Maricá e o desenvolvimento de seu processo de territorialização, torna-se importante a compreensão da conjuntura política que permeia a região. O ex-prefeito petista Washington Quaquá em seu segundo livro (QUAQUÁ, 2019) conta a trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT) no município de Maricá, desde 1986 quando o núcleo do PT é fundado no

município, e todo o movimento de articulação desencadeado a partir daí, iniciando-se muito antes da sua chegada à prefeitura.

Washington inicia o texto dando ênfase no território como lugar em que se apresentam as contradições de classe, onde a luta pelo poder local torna-se então crucial nesta batalha do capitalismo atual, havendo a necessidade de se fortalecer as redes locais. No momento de escrita do livro, com Maricá já sob o comando de Fabiano Horta², estão sendo criados através da Secretaria de Economia Solidária (sob comando do seu filho Diego Zeidan) e da Secretaria de Direitos Humanos os “Comitês por uma vida melhor”, formados pelos beneficiários dos programas sociais do município, em conjunto com os comitês de defesa dos bairros. Para ele, esta deveria ter sido uma política nacional estratégica.

Falando da trajetória do PT em Maricá, o autor relembra as primeiras reuniões do partido em sua casa "(...) de tijolo aparente, sem reboco e sem pintura, janelas sem vidro, porta sem fechadura e varanda com piso de aguada de cimento" (QUAQUÁ, 2019, p.19). Imagem que contrasta muito aos espaços conquistados pelo partido hoje. Ele e sua mãe fundam o PT municipal em 1986. Em 2000, Washington Quaqué se candidata a prefeitura pela primeira vez. Disse que não era sua intenção inicial, mas foi um meio importante de barrar a candidatura de Ricardo Queiroz (de família tradicional, muito ligado às elites locais) no PT.

Depois de duas candidaturas, em 2008 veio a consagração: em uma disputa tensa com a elite local, Quaqué torna-se o prefeito mais bem votado da cidade, com 63% dos votos. Com a nova gestão consolidada, diversas políticas públicas foram constituídas, fazendo com que a cidade, antes pouco conhecida até por municípios vizinhos, ganhasse visibilidade nacional. O fato é que as mudanças na cidade contrastam sua configuração com os primeiros anos deste século e tem total relação, para além da presença dos royalties de petróleo³, com as três

² Fabiano Horta é o atual prefeito de Maricá, eleito para o segundo mandato em 2020 com 88,09% dos votos. Também filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), sucedeu Washington Quaqué na prefeitura de Maricá na disputa do ano de 2016. Mais informações: <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2020/11/16/fabiano-horta-do-pt-e-eleito-prefeito-de-marica.ghtml>. Visitado em 10/07/2023.

³ Segundo dados divulgados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Maricá atingiu uma arrecadação recorde de R\$ 2,5 bilhões em 2022. Dados obtidos no link: <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2023/01/13/crece-a-arrecadacao-dos-royalties-de-petroleo-e-marica-lidera-ranking-com-recorde-de-r-25-bilhoes-em-2022.ghtml>. Visitado em 10/07/2023.

gestões do PT⁴. Dentre as diversas políticas feitas na cidade, está a chegada dos indígenas em Maricá, presença que gerou potencialidades e também conflitos.

O CONVITE DO PREFEITO E A CHEGADA DA ALDEIA EM MARICÁ

Hoje Maricá tem duas aldeias Guarani Mbya: a aldeia Ara Hovy, localizada em Itaipuaçu que foi formada a partir da doação particular de um terreno localizado dentro do Parque Estadual da Serra do Tiririca⁵ e a aldeia Ka'Aguy Hovy Porã, que pela distinção de sua ocupação, feita a partir do convite do ex-prefeito Washington Quaqué, será o foco deste artigo. No seu livro, além de esmiuçar a história do partido, Quaqué também faz um percurso por todas as políticas sociais desenvolvidas na região, dedicando um capítulo à vinda das aldeias indígenas para o município. Ele inicia o capítulo falando dos problemas enfrentados pela aldeia ainda em Camboinhas, que culminou em um incêndio criminoso que poderia ter causado vítimas fatais⁶. Frente a isso, iniciou-se a articulação da vinda do grupo para Maricá. “A Secretária Municipal de Direitos e Cidadania, Rosângela Zeidan, através de ofício nº 0001/2009, oficializou a FUNAI o interesse em regularizar uma área para a constituição de uma Terra Indígena para a Comunidade Mbya-Guarani de Camboinhas”⁷

O ex-prefeito finaliza o texto de seu livro dedicado aos indígenas apresentando as políticas públicas que lhes são garantidas no município que, além de terem acesso ao atendimento à saúde e educação no território da aldeia, ainda recebem o Bolsa Mumbuca

⁴ De acordo com a pesquisa lançada pela revista exame em 2014, Maricá está entre os 300 municípios mais desenvolvidos do país. “Tais resultados foram obtidos dentro de três diferentes listagens, que reúnem os mais de 5.500 municípios do país: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), da Organização das Nações Unidas (ONU); Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan); e o Indicador Social de Desenvolvimento Municipal (ISDM), este da Fundação Getúlio Vargas (FGV).” Fonte: <https://www.marica.rj.gov.br/2014/06/09/marica-entre-as-300-cidades-mais-desenvolvidas-do-pais-segundo-a-exame/>

⁵ O Parque Estadual da Serra da Tiririca é uma Unidade de Conservação da natureza de proteção integral situado nos municípios de Niterói e Maricá. Fonte: http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA_008600, acesso em 10/06/2019.

⁶ O grupo que compõe a aldeia teve uma trajetória que se inicia em Paraty-Mirim, passando por Camboinhas onde construíram uma aldeia nesta parte do litoral de Niterói. A presença da aldeia gerou conflitos com os moradores locais e a tensão estabelecida culminou em um incêndio em julho de 2008, que intensificou no grupo a necessidade de procurar um novo espaço.. Mais informações sobre o incêndio: <https://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL651585-5606,00-INCENDIO+DESTROI+ALDEIA+INDIGENA+NA+REGIAO+METROPOLITANA+DO+RIO.html>, acesso em 10/07/2023.

⁷ Dados obtidos do Relatório Antropológico de eleição de terra indígena localizada no município de Maricá, de acordo com o constante na Instrução Executiva nº 67/2009/DAF/FUNAI de 26 de Junho de 2009. Rio de Janeiro, 2009. Coordenação dos Trabalhos: Pablo Antunha Barbosa e Tonico Benites. Página 27.

Indígena, em um valor superior ao Bolsa Mumbuca⁸ oferecido à população de baixa renda de Maricá, política especial esta que gerou certos questionamentos dos políticos de oposição ao governo. As políticas municipais são a principal fonte de renda da aldeia que, atrelada às múltiplas iniciativas individuais geram a economia local.

Contudo, nem tudo seguiu de maneira tranquila nesta ocupação. Mesmo com o consentimento da prefeitura, a vinda do grupo para Maricá e ocupação de parte da Área de Proteção Ambiental (APA) gerou conflitos por parte da empresa espanhola IDB Brasil, que reivindicava a parte ocupada pelos indígenas. Ao se estabelecer no local após diversas reuniões com o suporte da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e posterior produção do laudo antropológico, o grupo descobre que a terra em que ocupavam estava sendo reivindicada pelo grupo espanhol. Washington Quaquá também relata esse processo em seu livro:

Eles, a partir de suas crenças e da consulta aos ancestrais através da Pagé, identificaram uma área na restinga como remanescente de sua ancestralidade. A área escolhida é a mesma que o grupo espanhol IDB escolheu para desenvolver o projeto de resorts turísticos. Chamei os proprietários e avisei que eu sempre fui a favor do projeto, mas que diferentemente do prefeito anterior que excluiu os pescadores de Zacarias, meu governo só aprovaria o projeto turístico se ele incorporasse os pescadores de Zacarias, além da Aldeia Indígena Guarani. Argumentei que um projeto turístico só teria a ganhar com uma aldeia indígena dentro dele. Turistas de todo o mundo que vêm ao Rio de Janeiro teriam ali, a 50 km do aeroporto internacional do Galeão, a oportunidade de ver as populações originárias do Brasil e conhecer sua cultura. Maricá só tem a ganhar com a aldeia na cidade e na área dos resorts. (QUAQUÁ, 2019, p.81).

Este fragmento deixa evidenciado o interesse turístico do ex-prefeito na vinda do grupo para Maricá. Algo que, junto ao resort, poderia potencializar a economia turística do município. A partir deste convite e posterior ocupação do grupo na APA inicia-se um desencadeamento de negociações e conflitos que perduram até os dias atuais em reuniões, tramitações que dizem respeito ao processo de concessão de licenciamento ambiental para a obra em questão, aberturas de processos judiciais por parte das comunidades prejudicadas, audiências públicas, que são observadas antes da vinda da aldeia para a cidade, mas que, ao ocuparem a área passam a entrar nesta disputa. O tópico que se segue trata-se de uma apresentação resumida do mapa deste conflito no momento de chegada da aldeia a Maricá,

⁸Mumbuca é a moeda social de Maricá, amplamente aceita no município e com paridade de um para um com o real. Usada para o pagamento de benefícios sociais a cidadãos cadastrados em programas do município, a moeda é administrada pelo Banco Mumbuca – instituição comunitária, independente da Prefeitura, com CNPJ próprio e direção constituída. É o Banco Mumbuca que faz os pagamentos dos benefícios aos moradores. Informações obtidas no link: <https://www.marica.rj.gov.br/programa/moeda-social-mumbuca/> Visitado em 10/07/2023.

focando-se principalmente no momento da pesquisa realizada (2016-2021), entendendo-se que o fato possui diversos desencadeamentos posteriores.

A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL EM DISPUTA

Em meio aos conflitos vivenciados pelos Guaranis Mbya em Niterói, o prefeito Washington Quaquá entra em cena e promete conceder uma terra para a sua permanência no município de Maricá. O grupo passou a ocupar uma área na Restinga de Maricá, local que faz parte da área de proteção ambiental (APA) criada pelo governo do estado do Rio de Janeiro em 1984 pelo decreto nº 7.230, localizada na costa do município no intuito de preservação do bioma da mata atlântica e do sistema lagunar da região coberto pela restinga, compreendendo o local “integrado pelas Lagoas de Guarapina, Padre, Barra, Maricá e Brava e pelos canais de São Bento, Cordeirinho e Ponta Negra”⁹ além de “parte da Restinga de Maricá e a totalidade da Ilha do Cardoso”¹⁰. Na região, ficaram proibidas.

- I - o parcelamento da terra, para fins urbanos;
- II - o desmatamento, a extração de madeira e vegetação característica e a retirada de espécimes vegetais;
- III - a caça, ainda que amadorística, e o aprisionamento de animais;
- IV - a alteração do perfil natural do terreno;
- V - a abertura de logradouros;
- VI - a construção de edificações ou edículas. ¹¹.

A área é marcada por conflitos, já que em 2007 o governo do Estado do Rio de Janeiro decretou o plano de manejo da APA, separando a região em três áreas: “I - Zonas de Preservação da Vida Silvestre, II - Zonas de Conservação da Vida Silvestre e III - Zonas de Ocupação Controlada” ¹². O primeiro é destinado à proteção do habitat das espécies residentes, zona, cuja ocupação não é permitida. A segunda, diz respeito às áreas de preservação das espécies nativas e em extinção, mas que ao mesmo tempo admite o uso controlado dos recursos nos locais desprovidos de vegetação. Já a terceira, estabelece uma espécie de zona de ocupação controlada, sendo ela a área que, “(...) além de apresentar certo nível de degradação ambiental com menores possibilidades de preservação, fornece condições

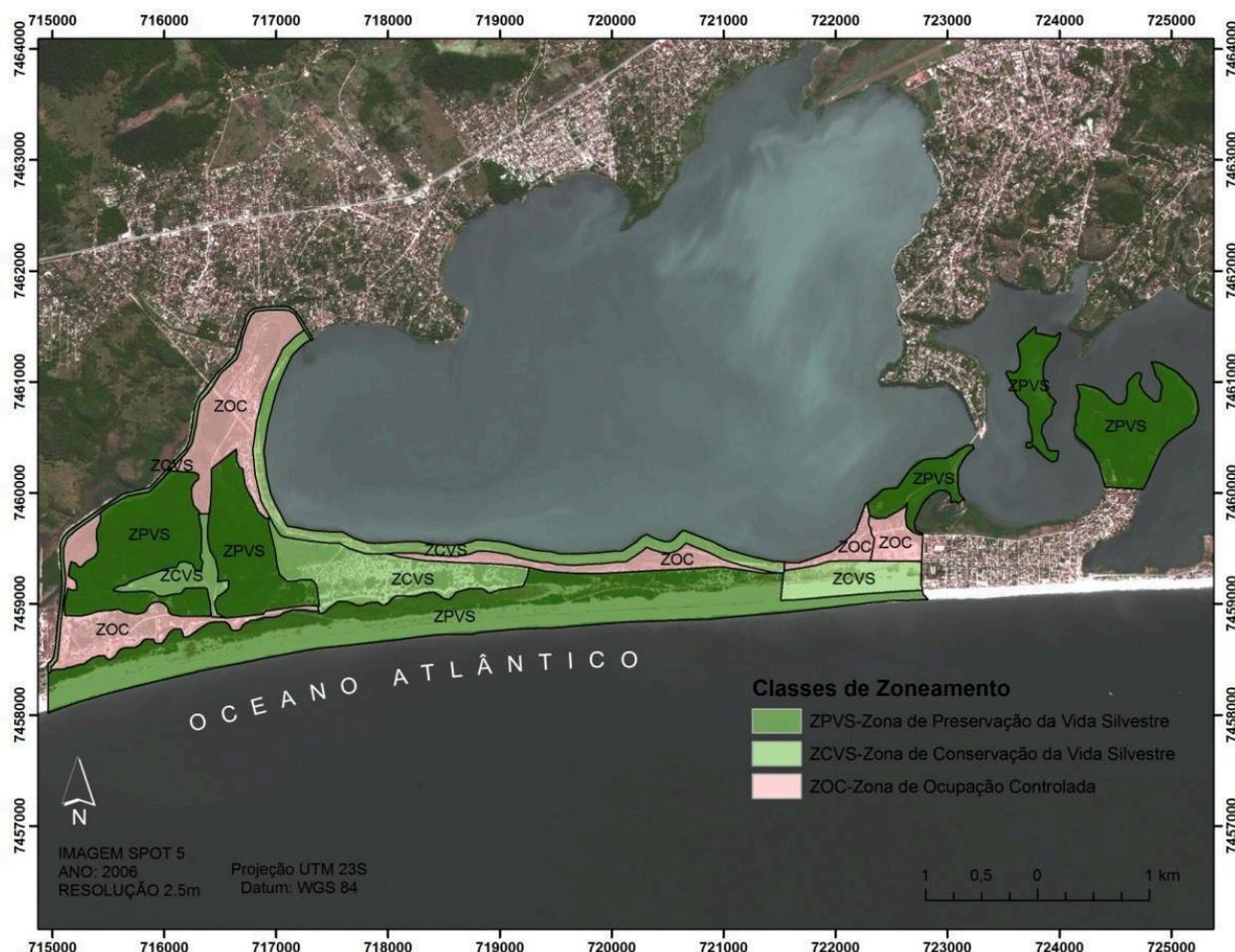
⁹ Decreto nº 7.230 disponível em <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mde4/~edisp/inea0018630.pdf> em 16/04/2018.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

¹² Decreto nº 41048 disponível em <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mde4/~edisp/inea0018792.pdf> em 18/01/2018.

favoráveis à expansão moderada de áreas urbanas”¹³. Com isso, foi aprovado o uso para fins de urbanização controlada em metade da restinga. O decreto foi reforçado em 2010 pela câmara de vereadores de Maricá, época de exercício do então prefeito Washington Quaquá, que aprovaram o Plano Setorial da Restinga de Maricá¹⁴, incentivando a ocupação da região, sendo um reforço ao decreto de 2007. Com o decreto, as divisões da APA se estabelecem espacialmente da seguinte forma:



15

¹³ Idem.

¹⁴ Plano Setorial disponível em <http://oads.org.br/leis/1657.pdf> Visitado em 16 de abril de 2018.

¹⁵ Imagem obtida em SOUZA, E. M. S., « Um resort na restinga de Maricá / RJ: modernização do território e destruição da pesca artesanal em uma área de proteção ambiental », Espaço e Economia [Online], 6 | 2015, posto online no dia 09 Agosto 2015, consultado o 30 Setembro 2016. URL : <http://espacoeconomia.revues.org/1713> . Visitado em 3/05/2018.

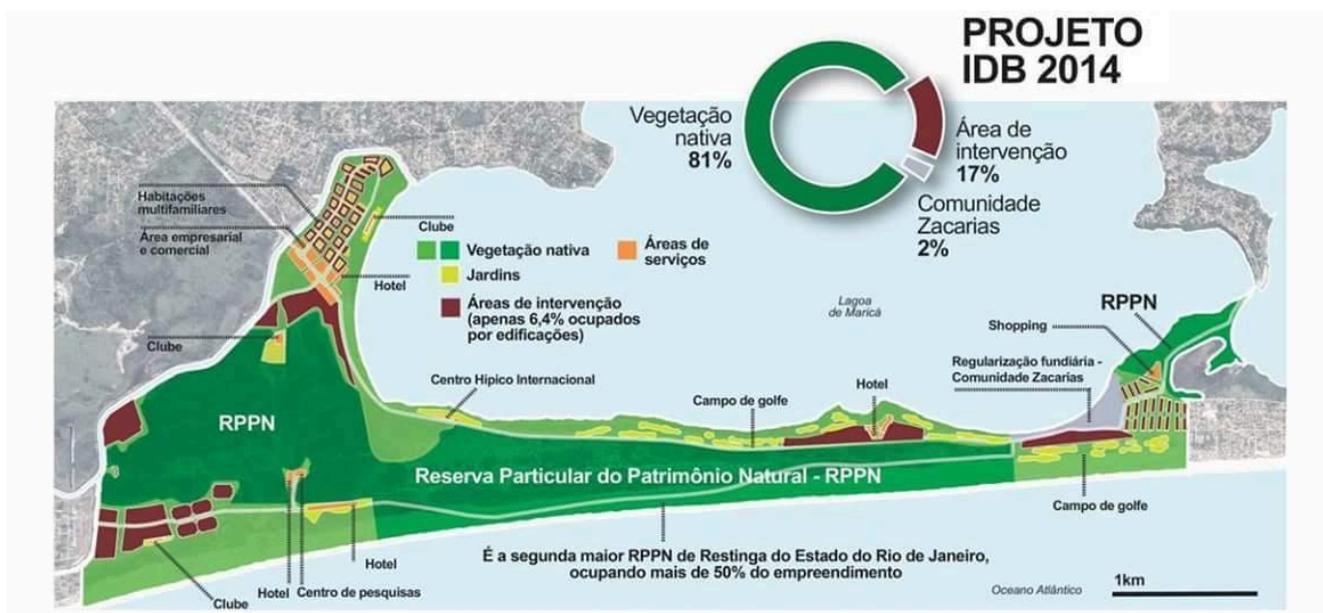
Em 2011, o grupo empresarial de iniciativas e desenvolvimento imobiliário IDB Brasil apresenta um projeto para construção de um resort na região, o complexo turístico-residencial Fazenda São Bento da Lagoa. A empresa faz parte do grupo espanhol Cetya, uma holding que atua há mais de 40 anos no mercado de construção da Espanha¹⁶. Segundo relatório de impacto ambiental produzido pela empresa, o complexo foi concebido tendo por base três componentes:

Componente 1: Habitações para moradia, hotéis, centro comercial e empresarial, campo de golfe, centro hípico e equipamentos públicos como escolas de primeiro e segundo graus, hospitais, postos de saúde e creches.

Componente 2: Implantação de uma unidade de Conservação do tipo Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) que será a segunda maior do estado do Rio de Janeiro.

Componente 3: Benefícios à Comunidade de Zacarias como: (i) regularização fundiária e titularidade dos lotes em nome dos moradores que os ocupam. (ii) urbanização, com infraestrutura no mesmo padrão do restante do empreendimento.¹⁷

Depois de algumas adaptações, o projeto possui o seguinte desenho:



18

A iniciação da obra foi suspensa. A licença ambiental que permitiria a construção foi cancelada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2017. Nesta área do projeto onde prevê

¹⁶ Informações obtidas no site: <https://idbbrasil.com.br/sobre-nos/>. Visitado em 21/05/2018.

¹⁷ Relatório de Impacto Ambiental disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mdi3/~edisip/inea0027546.pdf> visitado em 16/04/2018.

¹⁸ Imagem obtida em: <https://leisecamarica.com.br/um-novo-desenvolvimento-para-marica/> Visitado em 5/05/2018.

a formação de habitações multifamiliares e a área empresarial e comercial, encontra-se hoje a Aldeia Indígena Ka'Aguy Hovy Porã (Mata Verde Bonita). Com a concessão da prefeitura para a alocação, os indígenas vêm para Maricá e passam a ocupar a região, o que é visto de maneira positiva pelo município, que pretende se apoiar no fortalecimento do turismo no local.

A aldeia indígena da restinga em Maricá, no interior do Rio de Janeiro, será transformada em ponto turístico da cidade. Em visita à tribo Tupi-Guarani M'Bya, a prefeitura garantiu a permanência dos índios na região de 93 hectares, entre São José do Imbassaí e Itaipuaçu, e planeja construir no local ocas hotéis e um teatro arena para apresentações da cultura indígena. Os índios deverão construir a estrutura rústica (feita com argila, bambu e palha) e a Prefeitura destinará recursos para manutenção do espaço.¹⁹

Os indígenas passam a receber incentivos para realização de eventos, como o “Abril Indígena” e o suporte das políticas locais, como o recebimento da Moeda Social Mumbuca, programa de distribuição de renda da prefeitura de Maricá, além de apoio para a construção da Escola Municipal Indígena Guarani Para Poty Nhe Ë Já, que oferece uma etapa do ensino fundamental em turma multisseriada. Contudo, após a sua chegada, o grupo sofre a pressão da empresa IDB Brasil, que passam a reivindicar a região caracterizando sua ocupação como invasão. Em nota oficial a empresa declara:

A IDB Brasil, proprietária do terreno ocupado desde a última sexta-feira (19/04) pelos índios guaranis Tekoa Mboy-ty, em Maricá, esclarece que possui toda a documentação legal de titularidade do imóvel. A empresa jamais foi notificada sobre a existência de decisão administrativa ou judicial capaz de conferir legalidade à referida ocupação. A IDB Brasil respeita todas as manifestações de povos e culturas tradicionais do país, trabalha pela recuperação da identidade da pesca artesanal da Lagoa de Maricá e reitera o compromisso de promover o legítimo desenvolvimento sustentável de Maricá.²⁰

O grupo teve a permanência garantida pela prefeitura, que ao mesmo tempo reconhece a propriedade à empresa. Segundo declaração emitida nas mídias locais o prefeito se comprometendo em mediar a questão:

Com relação aos índios tupi-guaranis que ocuparam uma área na restinga de Maricá onde está sendo licenciado um grande Complexo Hoteleiro e Turístico, a prefeitura de Maricá informa:

¹⁹ Nota publicada na reportagem do link: <http://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2014/06/aldeia-indigena-vai-virar-ponto-turistico-em-marica-no-rj.html> . Acessada em 18/01/2017

²⁰ Nota publicada na reportagem do link: <http://maricainfo.com/2013/04/25/indios-idb-emite-nota-sobre-ocupacao-na-restinga.html> . Acessada em 18/01/2017.

- 1 – Os índios serão bem acolhidos no município e terão todo apoio da prefeitura para organizar em Maricá sua aldeia, dando a ela, inclusive, uma característica cultural e turística;
- 2 – Ao mesmo tempo é prioritária para o desenvolvimento da cidade a implantação do Complexo Hoteleiro e Turístico das praias da restinga de Maricá;
- 3 – Sendo assim, a prefeitura propõe que uma boa solução seja encontrada, com base em uma negociação com apoio da Funai, para garantir aos índios a conquista da sua aldeia, e ao mesmo tempo, a construção do complexo turístico e a tranquilidade da vila de pescadores de Zacarias;
- 4 – Para isso, a prefeitura disponibilizará uma área pública e irá viabilizar, junto aos empreendedores, a estrutura para o estabelecimento da aldeia indígena com viés cultural e turístico;
- 5 – Com isso, a Prefeitura Municipal de Maricá garante uma vida digna aos índios com a manutenção das suas tradições e costumes, através de um projeto cultural e turístico²¹.

O projeto ficou suspenso e teve nova tentativa de liberação a partir da inclusão de um novo parceiro junto a IDB Brasil: o grupo que gere o festival Rock in Rio²². A proposta se baseava na construção do primeiro complexo hoteleiro levando o nome da marca, tendo sua inauguração em meio ao festival realizado em setembro de 2019. A inauguração contou com a presença do prefeito Fabiano Horta, da deputada estadual Rosângela Zeidan e de Washington Quaquá, mostrando o apoio político do partido que gere o município nesta construção. A proposta também teve elogios do então governador do estado, Wilson Witzel, conforme mostra reportagem do Jornal o Dia:

O governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, visitou o estande do Maraey no Rock In Rio e reafirmou seu apoio ao empreendimento. "Fiquei encantado desde o primeiro momento em que fui apresentado ao projeto. Serão mais de 300 mil turistas por ano. É realmente algo fantástico. Podem contar com todo o apoio do Estado do Rio", disse o governador.²³

Contudo, o projeto foi novamente suspenso no dia 31 de outubro do mesmo ano, a partir de decisão em primeira instância do juiz Vitor Porto dos Santos, da 2ª Vara Cível de Maricá, decisão esta que veda a ocupação da Área de Proteção Ambiental (APA), entre elas do empreendimento em questão.

Na decisão, o magistrado condena o Estado do Rio de Janeiro, o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e o município de Maricá a absterem de “realizar qualquer licenciamento ambiental, procedimento administrativo, autorização, parcelamento do solo ou a concessão de obra para a implantação de

²¹ Nota emitida no site <http://maricainfo.com/2013/04/24/prefeitura-garante-indios-em-marica.html> Visitado em 7/11/2017.

²² O Rock in Rio é um festival de música idealizado pelo empresário brasileiro Roberto Medina pela primeira vez em 1985, sendo, desde sua criação, reconhecidamente, o maior festival musical do planeta. Foi originalmente organizado no Rio de Janeiro, de onde vem o nome. Tornou-se um evento de repercussão em nível mundial e, em 2004, teve a sua primeira edição fora do Brasil em Lisboa, Portugal. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rock_in_Rio Visitado em 26/04/2020.

²³ Reportagem disponível no link: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/o-dia-no-estado/2019/10/5797331-marica-vai-ganhar-complexo-turistico-residencial-de-r--11-bi.html> Acessado em 26/04/2020.

empreendimentos imobiliários que possam atingir o interior ou o entorno da região reconhecida como APA de Maricá”. Adverte ainda que os réus devem observar “ampla consulta e participação da comunidade pesqueira do Zacarias na elaboração de qualquer ato legislativo ou administrativo que afete a restinga”.²⁴

Até meados de 2021, a obra seguia suspensa, apesar do responsável pela empresa IDB Brasil ter prometido recorrer da decisão. O projeto de construção do resort é encadeado por um intenso conflito jurídico que perdura por anos, desde a compra da área a partir do desmembramento da APA de Maricá, luta que envolve os pescadores artesanais da área de Zacarias, ambientalistas, até, mais recentemente a aldeia, a partir da ocupação da área da restinga. Um breve resumo sobre a questão pode ser analisado no fragmento abaixo:

A Licença Prévia ao empreendimento foi expedida em maio de 2015 e a Licença de Instalação, em outubro de 2021, gerando fortes controvérsias. Articulações sociais levaram a uma decisão histórica do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de suspensão do trâmite do licenciamento ambiental, em abril de 2021, até que fosse julgado o mérito de Ações Cíveis Públicas (ACPs) em curso. A medida foi reiterada pelo STJ, em novembro daquele ano. Em abril de 2022, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) [negou recursos](#) mantendo o impedimento do projeto turístico-residencial. Em julho também foi confirmado que as intervenções na APA de Maricá continuavam impedidas e em agosto, o Judiciário da Comarca de Maricá determinou o cancelamento das licenças já expedidas pelo Inea. Mas em setembro daquele ano, o mesmo TJRJ derrubou essa decisão e liberou o andamento do processo de licenciamento do empreendimento, sob fortes protestos do movimento ambientalista.²⁵

Em meio a essas articulações, um ponto merece destaque: parte do complexo que compõem o grande empreendimento passa a se chamar Maraey. O termo vêm do conceito “Yvy mara’ey” (terra sem males), sendo este um termo de relevante importância para a construção da identidade Guarani Mbya²⁶. O termo passa a ser utilizado posteriormente pela empresa após seu contato com a aldeia. O que parece contraditório é que é justamente em relação a um grupo do povo Guarani Mbya que os conflitos sobre a construção do resort se estabelecem. A partir de informações no site, é possível ter acesso à explicação do termo utilizado, relacionando-a a missão do projeto:

Diz a lenda que os indígenas guaranis acreditavam que ao Leste, onde nasce o Sol sobre o Oceano Atlântico, encontrariam o “Yvy Mara Ey”, “A Terra Sem Mal”, um

²⁴ Nota retirada da reportagem disponível no link:

<https://projecolabora.com.br/ods11/empreendimento-na-apa-de-marica-tem-decisao-contraria-da-justica/>
Acessado em 26/04/2020.

²⁵Dados obtidos a partir de reportagem veiculada no link: <https://oeco.org.br/reportagens/resort-de-grupo-espanhol-tem-conflito-acirrado-na-apa-de-marica/> (Visitado em 10/07/2021).

²⁶Sobre este ponto e as complexidades que o termo acarreta: “Cristina Pompa (2004) apresenta as pesquisas relacionadas aos Guaranis, as quais se estabelecem a partir das migrações na busca da terra sem mal. A autora problematiza o fato destas pesquisas citarem fontes antigas sem questioná-las, atribuindo estes aspectos da migração como um fator intrínseco à cosmologia, constituído como um dado a priori” (CARVALHO, 2021, p.49).

lugar onde os recursos naturais nunca se esgotam e onde se desfruta o bem-estar do corpo e da mente; a Plena Felicidade. Nossa missão é transformar a lenda em realidade e converter MARAEY num empreendimento de renome mundial pela sua consciência ambiental, inovação e sustentabilidade econômica, cultural e social.²⁷

O conflito segue em movimento pendular, ora com a liberação das licenças, ora com a suspensão das mesmas, situação que tem promovido o adiamento da construção do resort. No momento de escrita deste artigo a obra teve as licenças suspensas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), ocorrida em maio de 2023.²⁸ Neste sentido, a questão sobre a complexa ocupação do território da APA e possível construção do resort permanece em aberto. Frente ao quadro colocado e aos conflitos engendrados pela ocupação, o grupo vem promovendo diversas articulações junto à Comissão Guarani Yvyrupa²⁹, Defensoria Pública, Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (CEDIND) para lutar pela sua permanência no local, além de ações diretas a partir de manifestações no entorno da aldeia³⁰.

Neste artigo foi colocada a importância de se analisar a formação das identidades em contexto, entendendo o sujeito Guarani a partir das redes complexas das relações interétnicas. Mais do que se compreender o aspecto conteudista da formação dos elementos étnicos Guarani, pretende-se orientar o olhar para as contradições, conflitos e múltiplas vertentes que se estabelecem na etnicidade indígena, em um processo entrelaçado às mudanças conjunturais existentes. Neste sentido, importante compreender que os conflitos desencadeiam agências que em muitos aspectos fortalecem as identidades e estratégias elencadas de sua manutenção, sendo um dos focos da etnografia realizada o entendimento de como são construídas as identidades em contextos nos quais as referências internas são entrelaçadas a mudanças externas em um processo dinâmico e em constante ressignificação.

Com relação ao grupo Guarani Mbya acompanhado neste período, diversas estratégias são percebidas para estabelecer a sua consolidação no espaço, no qual, para além das políticas promovidas prefeitura, passa pela formação de parcerias e realização de eventos com vendas de artesanatos, apresentações do coral Guarani, a jornada esportiva indígena, a manutenção do

²⁷Informações obtidas pelo site <https://www.maraey.com/pt/maraey-o-projeto/>. Visitado em 29 de setembro de 2022.

²⁸Para mais informações: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/26052023-Relator-suspende-obras-de-empreendimento-turistico-e-residencial-em-Marica--RJ.aspx> Visitado em 10/07/2023.

²⁹A Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) é uma organização indígena que congrega coletivos do povo Guarani nas regiões Sul e Sudeste do Brasil na luta pela terra. Informação obtida em: <https://www.yvyrupa.org.br/sobre-a-cgy/> Visitado em 10/07/2023.

³⁰Sobre as manifestações ocorridas em abril de 2023: <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2023/04/19/indigenas-da-aldeia-mata-verde-bonita-protestam-contras-obras-de-resort-em-marica-no-rj.ghtml> Visitado em 10/07/2023.

idioma Guarani Mbya e os aspectos religiosos com seus rituais. Todos estes elementos parecem ser os traços marcantes desta constituição. Ao mesmo tempo, outras atividades parecem ter uma relevância importante para o grupo em seus contatos, seja com os demais grupos Guaranis, seja com os juruás (não-indígenas). Trata-se do caso do futebol e do forró. A formação dos times de futebol e da banda de forró da aldeia possibilita uma maior interação entre as aldeias e os juruás do entorno, com a formação de seus campeonatos futebolísticos e os eventos com os bailes de forró. Por não serem atividades ligadas diretamente ao “traço originário Guarani”, muitas vezes essas atividades são tratadas de maneira secundária nas análises observadas sobre estes grupos.

Compreendendo-se esses modos de pensar construídos em processos diferentes no tempo, este artigo procurou introduzir a formação da aldeia Ka’Aguy Hovy Porã frente aos conflitos locais, nos quais os Guaranis promovem suas estratégias entrelaçando traços étnicos às lutas possibilitadas pelas aberturas de novas oportunidades conjunturais. Estratégias estas elencadas pelo grupo em si em um contexto de intenso contato com o entorno, como o caso de Maricá, com seus aspectos urbanos e rurais, além de toda questão engendrada pela Área de Proteção Ambiental em disputa. O grupo, neste caso, vive entreposto em diversos liminares, sendo fundamental que a análise se oriente na compreensão das mudanças e transformações estabelecidas, abrangendo os ininterruptos processos de ressignificação de representações e estratégias políticas as quais as identidades estão submetidas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: _____. Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

BARTH, Frederick. Balinese Words. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1993.

CARVALHO, Monique Rodrigues (Tese de Doutorado). “Índios Petistas” em Maricá? Conflitos, estigma e estratégias de territorialização na aldeia Guarani Mbya Ka’Aguy Hovy Porã. Programa de Pós-graduação em Antropologia. Universidade Federal Fluminense, 2021.

DECRETO Nº 7.230 de 23 de abril de 1984 disponível em <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mde4/~edisp/inea0018630.pdf> (Visitado em 20 de maio de 2018).

DECRETO nº 41048 de 4 de dezembro de 2007 disponível em <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mde4/~edisp/inea0018792.pdf> (Visitado em 20 de maio de 2018).

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PLANO DIRETOR SETORIAL DA ÁREA DA RESTINGA DE MARICÁ, lei nº 2331, de 25 de maio de 2010. Disponível em <http://oads.org.br/leis/1657.pdf> (Visitado em 20 de maio de 2018).

POMPA, Cristina. O profetismo tupi-guarani: a construção de um objeto antropológico. Revista de Indias, vol. LXIV, núm. 230 Págs. 141-174, 2004

QUAQUÁ, Washington. Maricá - Cidade das utopias. 10 anos de governo de hegemonia popular. Maricá: Mais que palavras, 2019.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DA FAZENDA SÃO BENTO DA LAGOA disponível em <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mdi3/~edisp/inea0027546.pdf> (Visitado em 20 de maio de 2018).